em pauta

Raízes do protesto negro no Brasil: Clóvis Moura e as lutas do nosso tempo

Roots of the Black Protest in Brazil: Clóvis Moura and the struggles of our time

Sandhro Luiz de Almeida Abrahão*

RESENHA
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86962

Clóvis Steiger de Assis Moura, mais conhecido como Clóvis Moura, nasceu no Piauí, na cidade de Amarante, no dia 10 de julho de 1925. Foi escritor, jornalista, sociólogo, historiador e militante no movimento negro brasileiro, privilegiando os estudos sobre o processo de escravização e a resistência dos negros e negras ao escravismo colonial no Brasil. A resistência, a luta de classes e o papel revolucionário da população preta é o fio condutor da presente obra de Moura.

Seu livro *Brasil: as raízes do protesto negro* é munição teórico-crítica para a apreensão do processo escravocrata colonial e as suas implicações na formação dos hábitos, da concepção de família, da situação social, econômica e ideológica da sociedade brasileira. A produção e reprodução de ideologias dominantes racistas reforçam a ideia do negro como antimodelo nacional, idealizando o colonizador como sinônimo de progresso. É nesse sentido que o autor defende que a liberdade do negro só é possível via revolução, pois o Estado, a classe dominante e todo o arcabouço jurídico-legal representam a manutenção do *status quo* que privilegia o homem branco. Sem dúvida, nada mais atual que as ideias presentes nesse livro de Clóvis Moura, que, como uma bússola, norteia e ilumina as ações e lutas do nosso tempo.

Ao refletir sobre o escravismo colonial que marca a formação social brasileira, o autor chama a atenção para o conceito de "quilombagem", destacando a função do quilombo como movimento de resistência e rebeldia organizado por negros e negras diante da luta de classes entre escravizados e escravistas.

No livro, Moura (2023) faz duras críticas à ideia de democracia racial, em especial, a ideia de passividade do negro exaltada por parte da intelectualidade brasileira, sobretudo por Gilberto Freyre. O autor critica a interpretação que compreende como bondoso o senhor que

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: sandhro123@hotmail.com.

COMO CITAR: ABRAHÃO, S. L. A. da. Raízes do protesto negro no Brasil: Clóvis Moura e as lutas do nosso tempo. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 205-208, set./dez., 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86962.

Recebido em 20 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 31 de julho de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

escraviza e que vê como um ser dócil o escravizado. Para Moura, é justamente essa concepção benigna do modo de produção escravista colonial que escamoteia a realidade da luta de classes durante o regime escravista. Trata-se de uma ideologia que justifica o privilégio do branco colonizador veiculada por uma intelectualidade como, por exemplo, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Tobias Barreto, entre outros, que explicitavam que o atraso da sociedade brasileira se dava em virtude do negro, sendo necessário o embranquecimento da população do país pós-abolição.

Uma leitura atenta do livro de Moura (2023) proporciona ao leitor maior criticidade para analisar a realidade social contemporânea, escapando do falacioso discurso liberal, que defende a ideia de meritocracia e de empreendedorismo como "solução" para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora brasileira, composta majoritariamente por pretas e pretos. Deste modo, a obra *Brasil: as raízes do protesto negro* ajuda a compreender a complexidade da formação social brasileira e a divisão racial do trabalho, na qual o/a trabalhador/a negro/a está historicamente marcado/a pelo rebaixamento da sua força de trabalho em relação às condições dos não negros.

Para demonstrar quão inescapável é a obra de Moura (2023), analisemos alguns dados mais recentes. No Brasil, em 2023, o rendimento médio de um trabalhador negro é 39,2% menor que de um trabalhador não negro. Em relação aos números de desocupados, o percentual de negros totaliza 65,1%. Para fins comparativos, os não negros tiveram taxas de rendimento médio e de desocupação similares aos negros apenas durante a pandemia de Covid-19 (IBGE, 2023b).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do 2º trimestre de 2023, os negros ocupam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência, apesar de representarem 56,1% da população ativa. Assim, um em cada 48 trabalhadores negros ocupa cargo de chefia ou de gestão. Já em relação aos homens brancos, a proporção cai para 18 trabalhadores. Além disso, a taxa de trabalhadores negros que atua em trabalhos desprotegidos é de 46%, enquanto em trabalhadores brancos é de 34% (IBGE, 2023b).

A relação entre colonizador e colonizado marca e dinamiza a lógica da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho que, como Moura (2023) destaca, impacta no desenvolvimento de um capitalismo dependente. A consequência é que a força de trabalho no país é superexplorada e sua manutenção é realizada por ações autoritárias, repressivas e violentas do Estado, desfechadas diretamente contra a população negra que, segundo o Censo de 2022 (IBGE, 2023a), compõe 55,5% da população brasileira[1].

1 De acordo com o censo de 2022 divulgado pelo IBGE (2023a), os pardos são 92,1 milhões, 45,3% da população. Os pretos são 20,7 milhões, 10,2% da população, e os brancos são 88,2 milhões, representando 43,5%.

Cabe ratificar que o livro foi escrito no período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), no qual Moura (2023) denuncia as ações do Estado autoritário neofascista contra a população negra, sendo a mais perseguida em relação às outras frações da classe trabalhadora. Essa perseguição, inclusive, não foi arrefecida com a redemocratização do país. De acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023), os negros lideram o *ranking* de mortes violentas, somando 36.922 vítimas. Em contrapartida, o número de homicídio de não negros permanece em queda. Conforme salientam Cerqueira e Bueno (2023), há um grupo racialmente identificado que sofre inúmeros tipos de violência de maneira sistemática, consequência do racismo estrutural que marca a luta de classes no Brasil.

Historicamente, a população negra é a mais prejudicada no que se refere ao acesso a direitos básicos, como: educação, saúde, habitação e demais barreiras que obstaculizam o acesso ao mercado formal de trabalho. Por outro lado, crescem as taxas de letalidade de pessoas negras. Entre 2019 e 2021, o risco relativo de uma pessoa negra ser vítima letal passou de 2,6 para 2,9 em relação a uma pessoa não negra (Cerqueira; Bueno, 2023).

Apesar do racismo estrutural que marca a formação social brasileira, algumas conquistas no âmbito jurídico-legal precisam ser destacadas, por exemplo, a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, que destina 50% de vagas para negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes em condição socioeconômica mais desfavorável. Tais conquistas, mesmo que dentro da ordem capitalista, são significativas e resultado de toda uma trajetória de lutas que envolvem os movimentos pretos no combate ao abismo social marcado pelo recorte racial. Após dez anos de sua criação, a política de cotas apresenta avanços importantes para o acesso da população negra às universidades brasileiras.

Entre os anos de 2010 e 2019, o número de pessoas pretas no ensino superior cresceu 400%, o que demonstra a importância dessa política. Por outro lado, a pesquisa realizada pela instituição de ensino superior de São Paulo, Insper, constatou que o nível de qualidade dos formandos não caiu com a implementação da política, refutando a hipótese de queda na qualidade dos formandos com a entrada de pretos e pobres pelas cotas nas universidades (BRASIL, 2022).

Apesar dos avanços, a ideia de "democracia racial" no Brasil continua favorecendo a perpetuação de práticas antidemocráticas e políticas discriminatórias e racistas. Com o avanço do conservadorismo e de movimentos organizados de extrema direita no país, o resultado é o acirramento da culpabilização da população negra pelas condições de vida e de trabalho, reforçando o sistema de estratificação social e de posição de classe, seja pela via alienadora/ideológica, seja pela repressão e extermínio dessa população. A concepção de "igualdade perante a lei" obscurece a real desigualdade social marcada pelo racismo estrutural.

As questões enfrentadas pela população negra no Brasil, portanto, são mais sensíveis e específicas do que os interesses da classe trabalhadora com um todo, embora dela faça parte integralmente. Como salienta Moura (2023), situar o negro historicamente é compreendê-lo como agente dinâmico e radical desde a origem do escravismo colonial. Em suma, a potência da ação revolucionária no Brasil tem cor e classe: é preta e trabalhadora.

Referências

BRASIL. Senado Federal. Participantes de sessão celebram resultados e pedem aprimoramento da Lei de Cotas. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/29/participantes-de-sessao-celebram-resultados-e-pedem-aprimoramento-da-lei-de-cotas. Acesso em: 19 jun. 2024.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=38405. Acesso em: 19 jun. 2024.